

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.725 - PR (2018/0277180-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE GUARAPUAVA - PR**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE PINHAO - PR**  
**INTERES.** : **MARIA DARLENE PASSOS**  
**ADVOGADO** : **ERALDO FERREIRA DE LIMA - PR015638**  
**INTERES.** : **ROMILDA HANYSZ NORILER E OUTROS**  
**ADVOGADO** : **EDUARDO CHEMIN ZOSCHKE - PR044430**

**EMENTA**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO COMUM CÍVEL E JUÍZO TRABALHISTA. AÇÃO DE LIQUIDAÇÃO/EXECUÇÃO DE SENTENÇA CRIMINAL CONDENATÓRIA, TRANSITADA EM JULGADO, POR CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A ESCRAVO. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM CÍVEL.

1. Nos termos dos arts. 63 do Código de Processo penal e 516 do Código de Processo Civil de 2015 (anterior art. 475-P, III, do CPC/1973), a liquidação, assim como a execução, de sentença penal condenatória, para efeito de reparação cível dos danos sofridos, dar-se-á no Juízo cível competente.

2. Diversamente do que compreendeu o Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de Guarapuava/PR, a hipótese dos autos não cuida de indenização por danos, morais ou materiais, decorrentes de relação de trabalho. Na verdade, está-se diante de ação de execução/liquidação de sentença penal condenatória, transitada em julgado, destinada à reparação cível dos danos advindos do crime de redução análoga a escravo. Saliente-se, a esse propósito, que a pretensão executiva não encontra lastro na relação de trabalho, mas sim na sentença criminal condenatória que tem como efeito intrínseco tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, nos termos do art. 91, I, do Código Penal.

3. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Cível.

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito de competência negativo instaurado entre o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Guarapuava/PR, como suscitante, e o Juízo de Direito da Vara Cível de Pinhão/PR, como suscitado, no bojo de ação "liquidação de sentença penal condenatória por artigos, proposta por Maria Darlene Passos contra Romilda Hanysz Noriler e Outros, em que se pretende apurar o *quantum debeatur* de título oriundo de condenação por crime de

redução à condição análoga a de escravo, assim reconhecida na Ação Penal n. 069.1997.

Extraí-se dos autos que Maria Darlene Passos promoveu a referida ação perante Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Guarapuava/PR, que, de ofício, em virtude do reconhecimento de sua incompetência absoluta, determinou a remessa dos autos à Justiça do Trabalho de Guarapuava/PR, com a adoção da seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 277):

Ressalte-se que o juiz deve pronunciar de ofício a incompetência absoluta, independentemente de arguição pelas partes.

Com efeito, este juízo cível não é competente para o processo e julgamento do presente feito, porque o objeto dos autos é a liquidação de sentença penal condenatória por infração à legislação trabalhista.

A Emenda Constitucional n. 45/2004, ampliou significativamente a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe competência para dirimir as controvérsias sobre indenização por danos, morais ou materiais, decorrentes de relação de trabalho.

No presente caso, o requerido foi condenado pelo delito de redução à condição análoga a de escravo, em sentença penal transitada em julgado, assim estará legitimado o Ministério Público do Trabalho ou o sindicato da categoria liquidá-la e executá-la na justiça laboral, quando se postulará o pagamento das eventuais reparações pelos danos causados aos autores.

O Supremo Tribunal Federal, analisando a questão da aplicabilidade das modificações engendradas pela referida Emenda aos processos que se encontravam em curso quando de sua promulgação, assentou o entendimento de que a orientação alcança tão-somente os processos em trâmite pela Justiça comum estadual ainda não sentenciados, devendo ser remetidas à justiça do trabalho, no estado em que se encontrem, aquelas que, quando da entrada em vigor da referida Emenda, ainda não tenham sido objeto de sentença. Precedentes: CC 64.793/SP (DJ de 30.04.2007), AgRg nos EDcl no CC 50.610/BA (DJ de 03.04.2006) e CCC57.9155/MS (DJ de 27.03.2006).

Remetidos os autos ao Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Guarapuava/PR este, por sua vez, também se deu por incompetente, razão pela qual suscitou o presente conflito de competência, tecendo os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 404-406):

2. É certo que "falece competência à Justiça do Trabalho para conhecer e julgar", porquanto "pretensão de execução de título judicial decorrente de sentença penal quando o título executivo judicial for consubstanciado em sentença penal condenatória, a execução deve ser processada perante o juízo cível competente (Processo nº 0000740-19.2015.5.09.0660 - AIAP, Relatora Excelentíssima Desembargadora Thereza Cristina Gosdal, j. em 17 de maio de 2017). É que o artigo 516, inciso III, do Código de Processo Civil preconiza que incumbe ao Juízo Cível competente o cumprimento de sentença quando se trate de sentença penal condenatória.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Colhe-se, ainda, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho:

(...)

No caso em exame, a causa de pedir adere-se ao título executivo judicial, consubstanciado em sentença penal condenatória, cuja liquidação e execução pretende a parte autora, desgarrando-se, por esse viés, dos fatos que lhe subjazem, a não ser enquanto necessários para a finalidade expressamente contemplada pelos artigos 91, inciso I, do Código Penal e 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.

A par disso, com a devida venia ao Juízo Cível, afastou-se a aplicação do artigo 516, inciso III, do Código de Processo Civil sem qualquer sindicância a propósito de sua constitucionalidade, revelando afronta às balizas que sustentam o Estado Democrático de Direito, em especial à separação de poderes, descortinando exercício de atividade tipicamente legislativa.

Com fundamento nas razões elencadas, a incompetência desta Justiça declaro Especializada para o enfrentamento da controvérsia e, nos termos dos artigos 66, parágrafo único, do Código de Processo Civil, 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal, determino a expedição de ofício ao Presidente do Colendo Superior Tribunal de Justiça, remetendo-se a íntegra dos presentes autos para, nos moldes do que fins de propiciar o correto dimensionamento da quizila dimana do artigo 953, inciso I e parágrafo único, do Código de Processo Civil.

3. Aguarde-se o julgamento do conflito de competência ora suscitado.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo conhecimento do conflito negativo, declarando-se a competência da Justiça Comum cível, que foi sintetizado na seguinte ementa (e-STJ, fl .416):

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. Liquidação de sentença penal condenatória. Redução à Condição Análoga à de Escravo.

Art. 516, III, do CPC. Precedente do STJ. Parecer pelo provimento do conflito.

Brevemente relatado, decido.

De plano, anota-se que, nos termos dos arts. 63 do Código de Processo penal e 516 do Código de Processo Civil de 2015 (anterior art. 475-P, III, do CPC/1973), a liquidação, assim como a execução, de sentença penal condenatória, para efeito de reparação cível dos danos sofridos, dar-se-á no Juízo cível competente.

Pela relevância ao deslinde da controvérsia, transcreve-se o teor dos referidos dispositivos legais, respectivamente:

Art. 63 [do Código de Processo Penal]. Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo

cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

Parágrafo único. Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor fixado nos termos do inciso IV do caput do art. 387 deste Código sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Art. 516 [do Código de Processo Civil/2015]. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante:

[...]

III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem.

Diversamente do que compreendeu o Juízo de Direito da 2ª Vara do Trabalho de Guarapuava/PR, a hipótese dos autos não cuida de indenização por danos, morais ou materiais, decorrentes de relação de trabalho.

Na verdade, está-se diante de ação de execução/liquidação de sentença penal condenatória, transitada em julgado, destinada à reparação cível dos danos advindos do crime de redução análoga a escravo.

Saliente-se, a esse propósito, que a pretensão executiva não encontra lastro na relação de trabalho, mas sim na sentença criminal condenatória que tem como efeito intrínseco tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, nos termos do art. 91, I, do Código Penal.

Irrepreensível, no ponto, a ponderação feita pelo i. Representante do *Parquet* Federal, em seu parecer:

Além disso, diferentemente do que aduziu o Juízo Suscitado, a condenação decorre de infração à norma penal, não à legislação trabalhista.

A pretensão executiva não provém de relação de trabalho, mas de condenação criminal, conforme o art. 91, I, do Código Penal, o que afasta a competência da Justiça Trabalhista. Dessa forma, em razão da norma de competência, o Juízo Suscitado não poderia ter declinado de sua competência.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(...)

Equivocou-se o MM. Juízo Suscitado, ainda, ao mencionar, como legitimados a propor a liquidação de sentença, o MPT ou “sindicato da categoria”. Este raciocínio somente se aplicaria no caso de ação civil pública (ação coletiva) deflagrada pelo MPT ou outro legitimado do rol do art. 5º da LACP (art. 97 do CDC), mas não no caso vertente, em que se trata de liquidação de sentença penal condenatória transitada em julgado.

No presente caso, de forma semelhante à situação do precedente, a requerente optou por propor a ação no foro do local em que ocorreu o delito, em sintonia com o art. 53, IV, “a”, do CPC/ 2015 e com o parágrafo único do art. 516. Não há embaraço, portanto, à declaração de competência do Juízo Cível.

De acordo com a dicção legal acima transcrita, dúvidas não restam quanto à competência da Justiça comum para a liquidação, assim como a execução, de sentença penal condenatória, para efeito de reparação cível dos danos sofridos

Ante o exposto, conheço do presente conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Cível de Pinhão/PR, o suscitado.

Comunique-se o Juízo suscitante acerca da presente decisão.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator